Global Journal of human-social science: B
Geography, Geo-Sciences, Environmental Science & Disaster Management
Volume 24 Issue 1 Version 1.0 Year 2024
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Environmental Valuation of Salto do Tororó District Park, Df - Brazil: An Analysis of the Economic Potential of Ecotourism

By Rafael Cesar Penna de Vasconcellos Azeredo & Fagno Tavares de Oliveira
Universidade de Brasília

Abstract- The object of this study was to analyze factors that influence visitors' willingness to pay for a visit to a protected area, examining their socioeconomic profile and preferences. The research was conducted at the Salto do Tororó District Park (PDST) in the Federal District, Brazil. Questionnaires were used to collect data from spontaneous visitors aged 18 years or older, totaling 102 forms applied in June and July 2023. The questionnaires addressed visitors' perception of the visit, the purpose of visiting the attraction, visitor profiles, revenues and costs, as well as the valuation of PDST. The analyses revealed that the majority of visitors were male, local residents, aged between 26 and 35 years, with a high level of education. Most of them visited PDST for the first time, exclusively seeking leisure at the Salto do Tororó waterfall. The results indicated a high willingness to pay, amounting to an annual value of R$ 56,373.00 (Fifty-six thousand three hundred and seventy-three reais). Such an amount could contribute to the implementation of basic infrastructure, promoting public use and conservation actions in a biodiversity hotspot in the Cerrado biome of the Central Plateau.

Keywords: *ecological economics, measurement, public use, tourism.*

GJHSS-B Classification: *LCC: HC79.E5*

ENVIRONMENTALVALUATIONOFSALTODOTORORODISTRICTPARKDFBRAZILANANALYSISOFTHEECONOMICPOTENTIALOFECOTOURISM

Strictly as per the compliance and regulations of:

© 2024. Rafael Cesar Penna de Vasconcellos Azeredo & Fagno Tavares de Oliveira. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Environmental Valuation of Salto do Tororó District Park, Df - Brazil: An Analysis of the Economic Potential of Ecotourism

Valoração Ambiental do Parque Distrital Salto do Tororó, Df - Brasil: Uma Análise do Potencial Econômico do Ecoturismo

Valoración Ambiental del Parque Distrital Salto do Tororó, Df - Brasil: Un Análisis del Potencial Económico del Ecoturismo

Rafael Cesar Penna de Vasconcellos Azeredo [α] & Fagno Tavares de Oliveira [σ]

Resumo- Analisar fatores que influenciam a disposição a pagar dos visitantes pelo uso recreativo em uma área protegida, o perfil socioeconômico e preferências foi o objeto desta pesquisa. A pesquisa foi conduzida no Parque Distrital Salto do Tororó (PDST), no Distrito Federal, DF - Brasil. Formulários foram utilizados para coletar informações dos visitantes espontâneos com idade igual ou superior a 18 anos. Um total de 102 formulários foram aplicados nos meses de junho e julho de 2023, que abordaram a percepção da visita, os objetivos da visita ao atrativo, o perfil dos visitantes, as receitas e os custos, além da valoração do PDST. As análises revelaram que a maioria dos visitantes são do sexo masculino, residentes locais, com idade entre 26 e 35 anos, com nível superior de escolaridade e estava pela primeira vez no PDST, em busca de lazer na cachoeira Salto do Tororó. Os resultados indicaram uma alta disposição a pagar, que compreende um valor anual de R$ 56.373,00 (Cinquenta e seis mil trezentos e setenta e três reais). Tal valor poderia contribuir para a implantação de infraestrutura básica, favorecendo o uso público e ações de conservação em um *hotspot* de biodiversidade no Cerrado no Planalto Central Brasileiro.

Palavras-chave: economia ecológica, mensuração, uso público, turismo.

Abstract- The object of this study was to analyze factors that influence visitors' willingness to pay for a visit to a protected area, examining their socioeconomic profile and preferences. The research was conducted at the Salto do Tororó District Park (PDST) in the Federal District, Brazil. Questionnaires were used to collect data from spontaneous visitors aged 18 years or older, totaling 102 forms applied in June and July 2023. The questionnaires addressed visitors' perception of the visit, the purpose of visiting the attraction, visitor profiles, revenues and costs, as well as the valuation of PDST. The analyses revealed that the majority of visitors were male, local residents, aged between 26 and 35 years, with a high level of education. Most of them visited PDST for the first time, exclusively seeking leisure at the Salto do Tororó waterfall. The results indicated a high willingness to pay, amounting to an annual value of R$ 56,373.00 (Fifty-six thousand three hundred and seventy-three reais). Such an amount could contribute to the implementation of basic infrastructure, promoting public use and conservation actions in a biodiversity hotspot in the Cerrado biome of the Central Plateau.

Keywords: ecological economics, measurement, public use, tourism.

Resumen- El objetivo de este estudio fue analizar los factores que influyen en la disposición a pagar de los visitantes por la visita a un área protegida, examinando su perfil socioeconómico y sus preferencias. La investigación se llevó a cabo en el Parque Distrital Salto do Tororó (PDST), en el Distrito Federal - DF. Se utilizaron formularios para recopilar datos de visitantes espontáneos mayores de 18 años, totalizando 102 formularios aplicados en los meses de junio y julio de 2023. Estos cuestionarios abordan la percepción de la visita, los objetivos de visitar la atracción, el perfil de los visitantes, los ingresos y los costos, así como la valoración del PDST. Los análisis revelaron que la mayoría de los visitantes eran hombres, residentes locales, con edades comprendidas entre 26 y 35 años y un alto nivel educativo. La mayoría visitó PDST por primera vez, buscando exclusivamente el ocio en la cascada Salto do Tororó. Los resultados indicaron una alta disposición a pagar, que ascendió a un valor anual de R$ 56.373,00 (Cincuenta y seis mil trescientos setenta y tres reales). Dicha cantidad podría contribuir a la implementación de infraestructura básica, favoreciendo el uso público y acciones de conservación en un punto destacado de biodiversidad en el Cerrado del Planalto Central.

Palabras clave: economía ecológica, medición, uso público, turismo.

I. Introdução

A valoração ambiental desempenha um papel essencial na compreensão e na quantificação dos benefícios proporcionados pelos recursos naturais, permitindo uma análise mais completa e sustentável de áreas protegidas. No contexto do Parque Distrital Salto do Tororó, localizado no Distrito Federal - Brasil, torna-se importante realizar uma valoração ambiental que aborde o potencial econômico do

Author α: Bacharel em Turismo, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília - Brasil. e-mail: rafaelcesar315@gmail.com
Author σ: Dr. Ciências Florestais, Prof. Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília - Brasil. e-mail: fagno@unb.br

© 2024 Global Journals

ecoturismo, a fim de promover a conservação dessa importante área.

Leite *et al.,* (2012), enfatizam a relevância da valoração ambiental na análise econômica de áreas protegidas, ressaltando que "a valoração econômica da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos é um instrumento valioso para a tomada de decisões na gestão ambiental, auxiliando na definição de políticas públicas eficazes para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais".

O Parque Distrital Salto do Tororó (PDST) com sua rica biodiversidade, incluindo cachoeiras, trilhas e formações geológicas, possui um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo aliado à conservação da natureza e na participação local. O "ecoturismo é uma alternativa promissora para a exploração econômica de áreas naturais, desde que seja planejado e gerenciado de forma sustentável, considerando a preservação do meio ambiente e o envolvimento das comunidades locais" Brazil *et al.* (2015).

A conscientização sobre a preservação das áreas naturais, iniciada pelos movimentos em prol do meio ambiente, tem se expandido, destacando a importância de evitar a degradação desses locais. Para isso, é fundamental sensibilizar e educar a população, de modo que compreendam como a perda da biodiversidade afeta o equilíbrio da natureza e sua qualidade de vida, assim como identificar quais ações contribuem para sua proteção (Diegues, 2004).

O desenvolvimento de práticas de uso público nas Unidades de Conservação (UCs) no Brasil é considerado uma estratégia de manejo que possibilita aos visitantes conhecer de maneira lúdica os recursos naturais e seus respectivos valores (Diegues, 2004). A promoção da visitação é um dos principais objetivos dos Parques, tornando-os locais propícios para o desenvolvimento do ecoturismo, uma atividade que visa à utilização sustentável e valorização do meio ambiente, podendo também servir como uma alternativa para a geração de recursos financeiros para a própria UC (Diegues, 2004; Ferreira, 2017).

As unidades de conservação desempenham um papel vital na proteção da biodiversidade, e o ecoturismo surge como uma forma sustentável de explorar essas áreas, trazendo benefícios socioeconômicos. A valoração ambiental, por sua vez, contribui para a conscientização da importância dessas áreas e para a adoção de medidas de conservação. A interação entre esses temas é essencial para promover a preservação dos recursos naturais, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar das futuras gerações.

Mediante um planejamento adequado e uma gestão eficiente são fundamentais para engajar a sociedade na conservação das áreas naturais por meio do ecoturismo e da valorização ambiental, garantindo a sustentabilidade ambiental e proporcionando benefícios socioeconômicos às comunidades locais (Ferreira, 2017).

Nesse contexto, a valoração ambiental surge como uma abordagem que busca atribuir um valor aos recursos naturais e aos serviços ecossistêmicos, considerando aspectos econômicos e não econômicos, isto é, busca refletir não só valores de mercado, como também as variações de bem-estar das pessoas (Adams et al., 2003).

A valoração do ecoturismo desempenha um papel fundamental na gestão sustentável das áreas naturais protegidas, permitindo estimar o valor atribuído pelos turistas aos recursos naturais e culturais presentes nesses espaços, assim como compreender os benefícios econômicos e sociais gerados pela atividade turística. Essa ferramenta vai além da simples mensuração monetária, buscando compreender as preferências e opiniões dos turistas em relação à conservação e ao uso recreativo das áreas naturais. Além de ajudar a indicar prioridades ambientais e possibilitar um melhor controle e gestão da demanda (Ortiz, Motta e Ferraz, 2000).

Uma das abordagens utilizadas para avaliar o valor dos serviços fornecidos pela natureza é a Disposição a Pagar (DAP), que verifica se os visitantes estão dispostos a pagar (DAP+) ou não (DAP-) por um determinado bem ou serviço ambiental. Essa disposição é influenciada por diversos fatores, como nível de escolaridade, renda, idade e interesses pessoais. Nesse contexto, identificar quais desses fatores exercem maior influência na disposição dos visitantes em pagar (DAP+) é fundamental para um melhor entendimento do comportamento e preferências do visitante.

Diante disso, a presente pesquisa possui o objetivo de investigar fatores que influenciam a disposição dos visitantes em contribuir financeiramente para o uso ecoturístico e a conservação do PDST. Para isso, foram necessários: caracterizar o perfil e a percepção dos visitantes em relação à visitação e conservação da UC; estimar a disposição a pagar dos visitantes em relação ao uso ecoturístico e/ou à conservação do PDST; avaliar a disposição a pagar ou não dos visitantes por meio de seus votos de protesto; e verificar possíveis diferenças na DAP.

II. Referencial Teórico

a) Ecoturismo: oportunidade para áreas protegidas

O ecoturismo é uma modalidade de turismo que tem ganhado cada vez mais relevância no contexto atual, pois busca promover o desenvolvimento sustentável. Conforme Couto (2010), o ecoturismo é "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma

© 2024 Global Journals

consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas".

No contexto das áreas protegidas, o ecoturismo desempenha um papel crucial na preservação da biodiversidade e na conscientização ambiental. Para Cunha e Guimarães (2017), as áreas protegidas são espaços que possuem algum tipo de proteção legal, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental. Esses espaços são fundamentais para a conservação de ecossistemas e espécies, além de oferecerem oportunidades para o ecoturismo.

No Brasil, o ecoturismo tem apresentado um crescimento significativo, principalmente nas Unidades de Conservação (UC), onde a oferta de atividades de ecoturismo é ampla e diversa. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o número de visitantes nas UC do país aumentou em média 12,8% ao ano, entre 2010 e 2017 (MMA, 2019). E, tem apresentado impacto econômico significativo, com a geração de emprego e renda nas comunidades locais e contribuindo para a conservação da natureza e do patrimônio cultural. Dados do Ministério do Turismo (MTur), revelam que o ecoturismo movimentou mais de R$19 bilhões de reais no Brasil em 2019, favorecendo significativamente a economia do país (Brasil, s.d).

O advento da pandemia de Covid-19 impactou severamente o setor do turismo, incluindo o ecoturismo. As restrições de viagem e as medidas de distanciamento social afetaram diretamente a visitação e a receita gerada pelas áreas protegidas. Um estudo realizado por Becker *et al*., (2021) indicou que, em 2020, houve uma redução média de 70% no número de visitantes em unidades de conservação brasileiras devido à pandemia.

No cenário internacional, também é possível observar os impactos da Covid-19 no ecoturismo. Dados da UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION (Organização Mundial do Turismo - OMT, 2020) apontam que o número de turistas internacionais caiu cerca de 74% em 2020 em comparação ao ano anterior. Essa queda afetou diretamente as áreas protegidas ao redor do mundo, uma vez que muitas delas dependem do turismo para financiar a conservação e o manejo dos recursos naturais.

Cavenaghi (2019) e Beni (2015) destacam a importância do ecoturismo como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo sustentável e como uma oportunidade de conservação ambiental e geração de renda para as comunidades locais. Diante de tais aspectos verifica-se a importância de espaços naturais para o desenvolvimento do ecoturismo, em especial as Unidades de Conservação no Brasil.

b) A importância de Unidades de Conservação para o Ecoturismo

As Unidades de Conservação (UC) fazem parte da ampla gama de espaços territoriais especialmente protegidos no Brasil, são áreas destinadas à proteção e conservação do patrimônio natural e cultural do país. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as UC estão divididas em dois grupos, os de proteção integral e as de uso sustentável, dependendo dos objetivos de conservação e do grau de intervenção humana permitido.

Machado (2008) e Ferraz (2011) destacam a importância das UC para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas brasileiros, bem como para a proteção dos serviços ambientais essenciais para a sobrevivência humana. Para Machado (2008), as UC são fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico e para a garantia do desenvolvimento sustentável do país.

Dentre as diversas categorias de UC que compõe o SNUC, encontra-se o Parque Nacional (PARNA) que faz parte do grupo de UC de Proteção Integral, que possui o

> [...] objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000, art.11)

Verifica-se a possibilidade de realizar de atividades de ecoturismo nesta categoria de UC. Além do desenvolvimento de determinadas práticas de uso público nas UC é considerado como uma estratégia de manejo, que possibilita aos visitantes conhecer de forma lúdica os recursos naturais e seus respectivos valores (Malta e Costa, 2009).

A concentração de visitação nas Unidades de Conservação (UC) pode variar ao longo do tempo e em diferentes regiões do Brasil. Algumas UC são conhecidas por receberem um grande número de visitantes. De acordo com um estudo realizado por Godoy *et al.,* (2019), algumas das UC mais visitadas no Brasil são o Parque Nacional da Tijuca - RJ, o Parque Nacional do Iguaçu - PR e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO. No entanto, é importante ressaltar que a disponibilidade de recursos financeiros para a manutenção das UC é um desafio constante. A gestão adequada das UC requer investimentos em infraestrutura, manutenção, capacitação de pessoal e atividades de conservação.

Galvão *et al.,* (2015, p. 112) destacam que, "a maioria das UC brasileiras enfrenta dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura, contratação e capacitação de pessoal, e implementação de programas de conservação efetivos".

© 2024 Global Journals

O Parque Distrital categoria de UC prevista no Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza (SDUC) do Distrito Federal é o objeto central deste estudo que possui o mesmo objetivo que o Parque Nacional do SNUC. A visitação pública está sujeita às regras e restrições estabelecidas no plano de manejo da UC, bem como às normas definidas pelo órgão responsável pela sua administração e as previstas em regulamento.

Todavia, esta e outras UC enfrentam problemas quanto à promoção do uso público, pela inexistência ou desatualização de planos de manejos que viabilizem tal possibilidade, ou mesmo na criação de "parques de papel" (que são UC meramente criadas por Lei e não efetivamente implantadas) que inviabilizam a atividade de ecoturismo e a valorização deste espaço protegido pela sociedade.

Para Dourojeanni (2002) existe mais vontade política para criar parques do que para geri-los O que se têm observado é que o processo de implantação efetiva, que envolveria as consequentes responsabilidades política, legal e financeira na sua conservação e manejo, não avança, criando os chamados parques de papel, ficções jurídicas que não tem implantação na realidade social na qual estão inseridas (Brito, 2000, Dourojeanni, 2002).

c) Economia Ecológica: a valoração ambiental como instrumento para estimação econômica do uso ecoturístico

A Economia Ecológica desempenha um papel fundamental na compreensão da interação entre o sistema econômico e o meio ambiente, especialmente no contexto do uso turístico de áreas naturais. A valoração ambiental surge como um instrumento importante nesse campo, permitindo avaliar os benefícios ecológicos e econômicos proporcionados pelos recursos naturais e pelos serviços ecossistêmicos, e contribuindo para a promoção de um turismo sustentável.

Além disso:

> A importância dos métodos de valoração ambiental decorre, portanto, não só da necessidade de dimensionarem impactos ambientais, internalizando-os à economia, mas também da necessidade de se evidenciarem custos e benefícios decorrentes da expansão da atividade humana. (Merico, 1986, p. 82)

A valoração ambiental é um mecanismo que busca atribuir um valor monetário ou não monetário aos bens e serviços ambientais, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre sua importância e promover a tomada de decisões mais sustentáveis (Oliveira, 2010). Na perspectiva do turismo, se torna particularmente relevante, pois possibilita estimar os benefícios econômicos derivados das áreas naturais, bem como os custos e impactos associados às atividades turísticas.

De acordo com Ribeiro e Freire (2019), a valoração ambiental no turismo contribui para o reconhecimento do valor intrínseco dos recursos naturais, incentivando a sua conservação e preservação. Além disso, permite avaliar o potencial econômico dessas áreas, levando em consideração não apenas os benefícios diretos, como a geração de empregos e renda, mas também os benefícios indiretos, como a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e a atratividade turística da região.

A valoração ambiental além da estimação econômica, também desempenha um papel relevante na definição de políticas públicas e na gestão adequada do ecoturismo. Ferreira (2016) aponta que, ao atribuir valores aos recursos naturais, é possível embasar argumentos econômicos sólidos para a conservação desses locais, bem como subsidiar a implementação de estratégias de gestão eficientes, que promovam a sustentabilidade e o equilíbrio entre a atividade turística e a preservação ambiental.

Em resumo, a valoração ambiental e o ecoturismo estão intrinsecamente ligados, sendo a conservação do meio ambiente fundamental para o sucesso da atividade. Dessa forma, a Economia Ecológica por meio de métodos de valoração ambiental se torna um instrumento valioso para o desenvolvimento de um turismo responsável. Ao considerar a importância dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, bem como os benefícios econômicos e sociais gerados pelo ecoturismo, é possível promover o uso sustentável dessas áreas, garantindo a conservação dos ecossistemas, a satisfação dos visitantes e o envolvimento das comunidades locais.

Dentre os meios de valoração ambiental destaca-se o Valor de Uso Direto (VUD), pois busca investigar as preferências das pessoas mediante mercados hipotéticos ou de serviços e produtos ambientais para mensurar a Disposição à Pagar (DAP) e a demanda por qualidade ambiental (Maia, Romeiro e Reydon, 2004). O Método de Valoração Contingente (MVC) é um dos mecanismos utilizados para mensurar o valor monetário dos recursos naturais, como o uso ecoturístico.

O MVC é uma abordagem amplamente utilizada na Economia Ambiental para estimar o valor econômico de bens e serviços ambientais que não possuem um mercado estabelecido. Em relação às UC, essa metodologia é aplicada para avaliar a disposição a pagar - *Willingness to Pay (WTP)* - dos visitantes por essas áreas protegidas e os benefícios que elas proporcionam.

Para Santos *et al.,* (2013), "A valoração econômica das unidades de conservação tem sido utilizada como ferramenta para quantificar os benefícios sociais e econômicos dessas áreas. O Método de Valoração Contingente é uma das técnicas mais

© 2024 Global Journals

aplicadas para estimar a disposição a pagar dos visitantes por esses locais".

Lima *et al.* (2016, p. 527), destacam que "O Método de Valoração Contingente é uma ferramenta fundamental para avaliar o valor econômico das unidades de conservação, permitindo a quantificação dos benefícios ambientais e o estabelecimento de estratégias de gestão eficientes".

Esses autores ressaltam a importância do Método de Valoração Contingente para a valoração econômica das unidades de conservação, permitindo a quantificação dos benefícios ambientais e auxiliando na definição de estratégias eficientes de gestão.

A disposição a pagar (DAP) é uma medida utilizada em estudos de valoração ambiental para avaliar o valor que as pessoas atribuem a bens e serviços ambientais. A DAP é definida como a quantia máxima que um indivíduo está disposto a pagar para receber um determinado benefício ambiental.

Existem metodologias para medir a DAP, como a escolha contingente e a valoração contingente. Na escolha contingente, os indivíduos são questionados sobre suas preferências e escolhas em relação a diferentes cenários de valoração ambiental. Já a valoração contingente, os indivíduos são questionados sobre sua DAP por um determinado benefício ambiental em um cenário hipotético.

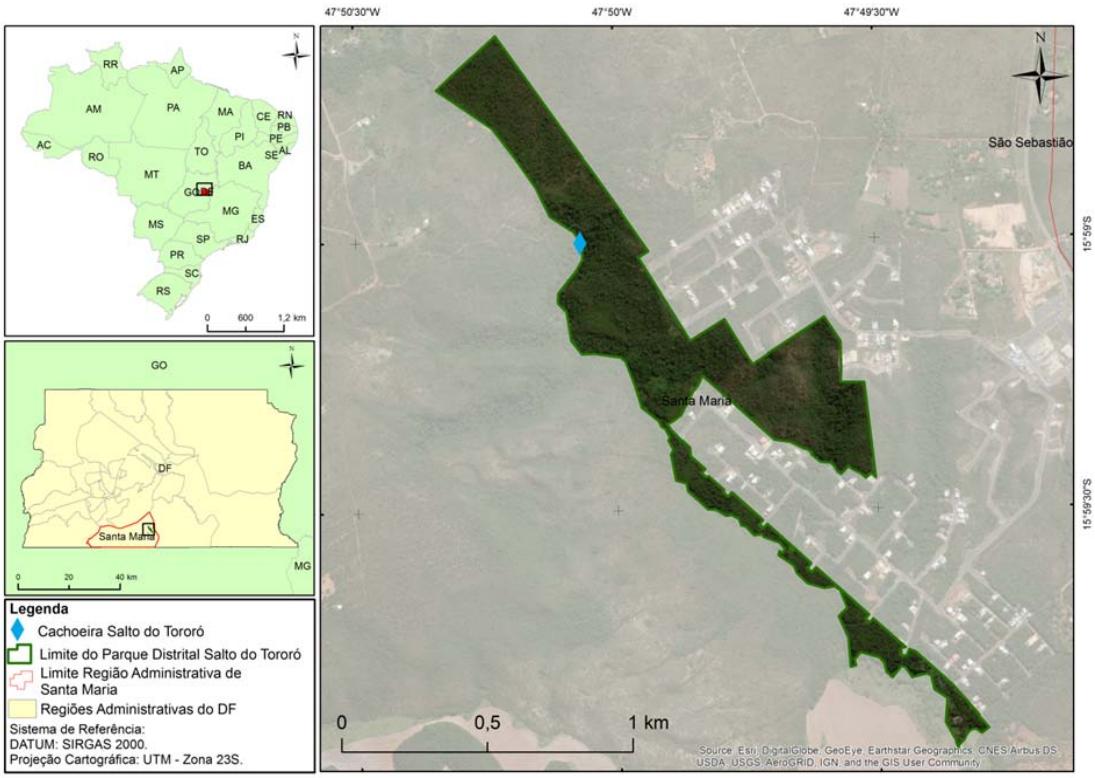
A DAP é importante para a tomada de decisão em políticas ambientais e de conservação, pois permite avaliar o valor que as pessoas atribuem a esses bens e serviços, e consequentemente, ajuda a definir prioridades e alocação de recursos.

III. Material e Métodos

a) Caracterização da área de estudo

O Parque Distrital Salto do Tororó (PDST) é uma UC da categoria "Parque" localizada na Região Administrativa (RA) de Santa Maria no Distrito Federal, é um espaço muito popular entre os residentes de Brasília que desejam desfrutar da natureza e se refrescar em uma bela cachoeira, o Salto do Tororó, além de, atrair praticantes de ecoturismo e rapel.

É a primeira UC de proteção integral do Distrito Federal, sob gestão do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) do Governo Distrital, foi criado pelo Decreto nº 36.472/2015, possui aproximadamente 61.358 ha, localiza-se na porção centro-sul do Distrito Federal (Figura 1). O PDST tem como principal atrativo a cachoeira que leva seu nome, com aproximadamente 18 metros de altura. Além de uma exuberante flora e fauna está intrincado no Bioma Cerrado, um *hotspot* de biodiversidade, isto é, uma área com grande biodiversidade, rica principalmente em espécies exclusivas da região, e que apresentam alto grau de ameaça.



Fonte: elaboração dos autores

Figura 1: Localização do Parque Distrital Salto do Tororó no DF.

© 2024 Global Journals

Para Ab'Saber (2002), "o Cerrado brasileiro se configura como um dos principais *hotspots* do mundo, caracterizado por sua riqueza e singularidade, abrigando uma alta diversidade de espécies vegetais e animais endêmicos". Além de ser considerada a savana mais rica em biodiversidade do mundo (Ribeiro *et al.*, 2009).

O PDST é considerado um importante ponto turístico da região, sendo "uma opção de lazer para toda a família e uma excelente opção de turismo para a cidade de Santa Maria e região" (Abreu e Souza, 2014). Todavia, a visitação ocorre de forma desordenada, não dispõe de infraestrutura básica para atendimento ao visitante, nem mesmo de controle de entrada e saída, o que pode estar comprometendo a conservação do local, e impossibilitando o atendimento dos objetivos para o qual foi criado.

b) Metodologia

A abordagem exploratório-descritiva foi utilizada na presente pesquisa, pois visa explorar e descrever fenômenos complexos (Collins; Hussey, 2005), permitindo uma revisão bibliográfica abrangente sobre ecoturismo, unidades de conservação e valoração ambiental. Essa revisão foi utilizada como base teórica para embasar o estudo, sendo complementada por análises de documentos relevantes e pela coleta de dados em campo. Essa abordagem combinada permitiu uma melhor compreensão da área de estudo, o Parque Distrital Salto do Tororó.

Para avaliar a influência dos fatores e estimar o valor econômico da disposição a pagar (DAP) dos visitantes para visitar e/ou contribuir para a conservação do PDST, foi aplicado o cálculo amostral para populações finitas de Cochran (1977), permitindo estimar o número de visitantes a serem pesquisados.

$$n = \frac{\dfrac{Z_\alpha^2 \cdot P \cdot (1-P)}{\varepsilon^2}}{1 + \dfrac{1}{N} \cdot \left(\dfrac{Z_\alpha^2 \cdot P \cdot (1-P)}{\varepsilon^2} - 1 \right)}$$

Onde:
n = Tamanho da amostra;
Z_α = Valor de Z para um nível de confiança alfa;
P = percentagem do fenômeno verificado;
N = Tamanho da população; e
E = Erro admissível

Para estimar o número de visitante devido o PDST não dispor de controle de visitantes, utilizou-se como referência os dados de visitação do Parque Nacional de Brasília, por possuir controle do número de visitantes, com registro de 251.521 visitas no ano de 2019 (ICMBio, 2023) - vale destacar que nos em 2020/2021 a visitação foi afetada pela pandemia de Covid-19. Buscou-se atingir 5% desta população, considerando uma margem de erro de 5%, ao nível de 95% de confiança, obtendo uma amostra de 72 visitantes.

Para auxiliar na identificação socioeconômica e perfil dos visitantes, sua percepção sobre a conservação e visitação no PDST foram utilizados formulários. A pesquisa de campo ocorreu nos fins de semana dos meses de junho e julho de 2023, sendo limitada ao público espontâneo, com idade a partir dos 18 anos (Figura 2).

© 2024 Global Journals

Fonte: pesquisa de campo (2023)

Figura 2: Salto Tororó, local de realização das entrevistas com os visitantes

Para realizar a valoração econômica do uso ecoturístico do PDST, utilizou-se o Método de Valoração Contingente (MVC), permitindo avaliar a DAP dos visitantes. Fatores como educação, renda e outras variáveis foram analisadas mediante a análise de regressão linear múltipla com o uso do software Bioestat 5.3.

A Portaria nº 615/2021 dispõe da tabela de cobrança de ingresso de acesso às unidades de conservação federais foi utilizada para verificar a DAP, no caso, as taxas de entrada nos Parques Nacionais na Região Centro-Oeste que variam de R$ 2,00 a R$ 70,00 por pessoa/dia (BRASIL, 2021). Desta forma, foram propostos aos visitantes as faixas de valores: R$2,00; R$4,00 a R$6,00; R$8,00 a R$10,00; superior a R$12,00. A análise dos dados foi realizada no Bioestat 5.3 que permitiu verificar a influência de variáveis no valor econômico do uso ecoturístico.

IV. Resultados e Discussão

a) Características da percepção e perfil dos visitantes

Foram entrevistados 102 visitantes que estavam usufruindo do Parque Distrital Salto do Tororó aos fins de semana, quando o fluxo de visitação é maior que durante a semana.

A beleza natural foi considerada o fator mais relevante (50%) nas preferências dos visitantes na escolha do local para visitar, em relação ao conforto local (24,51%) e a opção "outros" (23,53%). Destaca-se na opção “outros”, a indicação dos elementos segurança e experiências diferenciadas. Por fim, uma proporção menor de visitantes (1,96%) considerou a distância como um fator relevante.

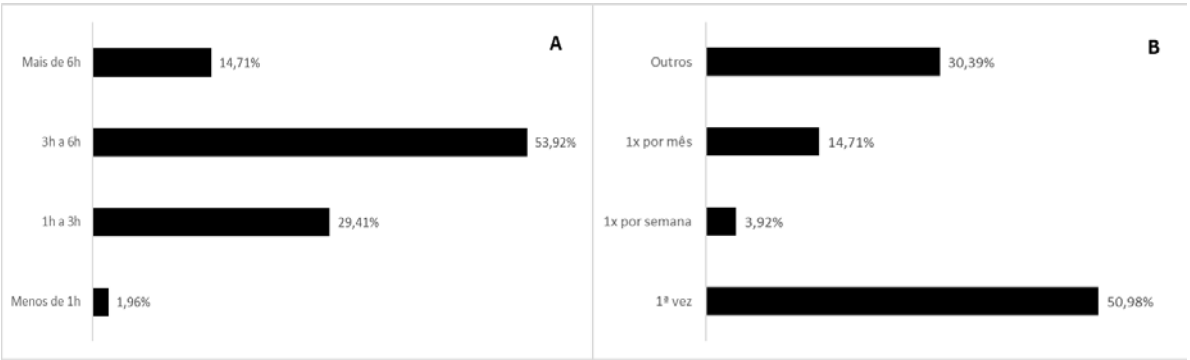
Os visitantes (98,04%) têm como objetivo principal ir ao PDST em busca de atividades de lazer, Oliveira (2014) também identificou um alto valor em sua

© 2024 Global Journals

pesquisa. Em relação à escolha do atrativo, observa-se que a maioria dos participantes (41,18%) ocorre devido à presença da cachoeira, isto é, o Salto do Tororó. Tal preferência evidencia a atratividade do recurso natural para o público em questão. Por sua vez, a categoria "outros" (32,35%) se destaca, devido a opiniões que envolvem aspectos como, experiências, conhecer o local e praticar rapel, indicando uma variedade de motivos para a escolha desse atrativo. O fácil acesso também apresentou boa representatividade (26,47%), denotando que uma parcela dos visitantes leva em consideração a comodidade e a praticidade no momento de selecionar o local a ser visitado. Esses resultados reforçam a importância de atrativos naturais como as cachoeiras, elemento de atração turística.

A duração média de permanência dos visitantes no PDST é de 3 a 6 horas (53,92%), seguido por aqueles que permanecem de 1 a 3 horas (29,41%), e os demais apresentaram proporção menor (Figura 3A). A maior parte dos entrevistados estão no PDST pela primeira vez (50,98%). Há aqueles que selecionaram a opção "outros" (30,39%) que fazem visitas aleatórias, não tendo uma frequência habitual, por fim, uma parcela menor (14,71%) visita o PDST pelo menos uma vez por mês (Figura 3B).

Com base nesses resultados, verifica-se que o PDST não costuma atrair visitantes regulares. Resultado similar também foi encontrado em estudos realizados por Malta e Costa (2009) e Pellin *et al.,* (2014) em Parques.



Fonte: Elaboração dos autores

Figura 3: Tempo de permanência e frequência de visitação no/ao PDST

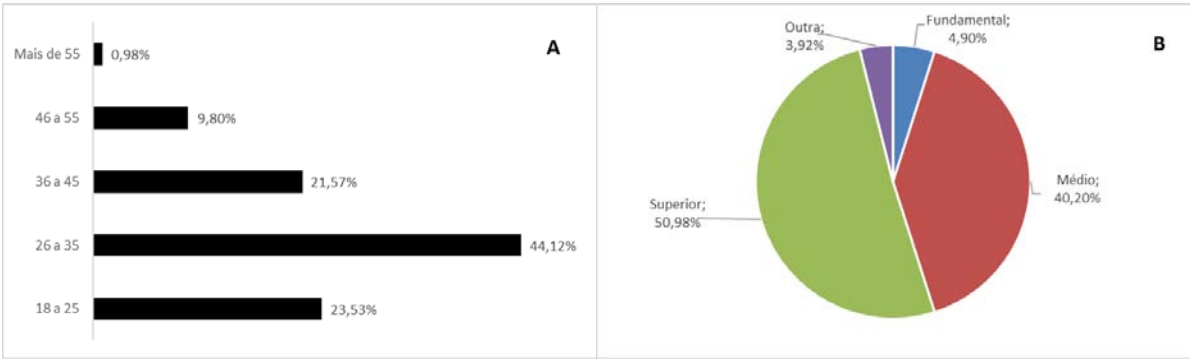
Em relação ao perfil do visitante, verifica-se uma clara dominância do gênero masculino (60,78%) sobre o feminino (39,22%). Estudos de Malta e Costa (2009), Oliveira (2014), Rocha *et al.* (2018) e Gimenes e Oliveira (2019), também identificaram essa predominância entre o público masculino. Tal resultado pode ser atribuído ao fato de que uma parcela significativa dos visitantes espontâneos do PDST realiza a atividade em casal, e muitos deles estavam em passeios familiares ou em pequenos grupos de amigos.

A região Centro-Oeste apresentou o maior índice de visitação ao PDST (98,04%), enquanto a Região Sudeste e os visitantes internacionais obtiveram um pequeno índice de participação (0,98%) cada. No que se refere à origem dos visitantes, constata-se que a maioria (77,45%) provém do Distrito Federal, onde o PDST está situado, indicando que a UC é predominantemente visitada por moradores locais, resultado semelhante a análise de Rocha, *et al*., (2018). Esse fato ressalta a importância de promover o uso público na UC, uma vez que os dados evidenciam um alto potencial para a realização de atividades de lazer e ecoturismo.

No que diz respeito à faixa etária dos visitantes, foram identificadas as seguintes distribuições: 26 a 35 anos (44,12%), 18 a 25 anos (23,53%), 36 aos 45 anos (21,57%), as demais faixas apresentam baixa participação (Figura 4A). Esses resultados corroboram com achados em estudos similares realizados por Malta e Costa (2009) e Gimenes e Oliveira (2019) que constataram que a maioria dos visitantes em Parques concentram-se na faixa etária dos 18 aos 35 anos. Essas constatações ressaltam a importância dessa faixa etária específica como um grupo-alvo relevante para a compreensão da demanda e para o desenvolvimento de estratégias de atração e promoção desta UC.

Em relação à escolaridade dos visitantes, levando em consideração análises semelhantes a Rocha, M. B, *et al*., (2018), é importante ressaltar que a maioria deles possui nível superior (50,98%). No entanto, também se observa uma presença significativa de visitantes com ensino médio completo (40,20%) (Figura 4B).

© 2024 Global Journals

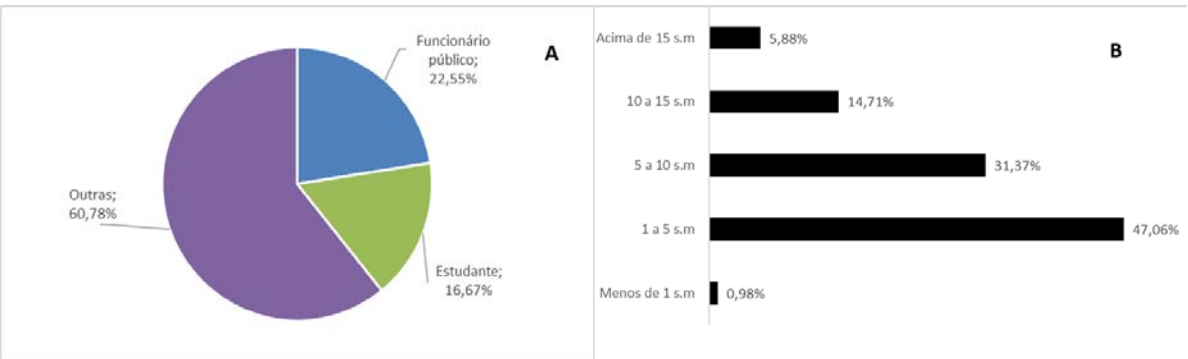


Fonte: Elaboração dos autores

Figura 4: Idade e escolaridade dos visitantes

Alguns autores como, Oliveira *et al.,* (2015) observaram que a maioria (69%) dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia no Rio de Janeiro, possuíam nível superior. Gimenes e Oliveira (2019) e Pimentel *et al.* (2020), conduziram estudos abordando o perfil dos visitantes em UC, revelando uma prevalência de indivíduos com formação acadêmica de nível superior, o que também coincide com os dados observados no PDST. Esses estudos indicam que visitantes com um nível mais elevado de educação tendem a demonstrar uma maior propensão a visitar espaços naturais protegidos. Dessa forma, seria benéfico desenvolver um plano de ação direcionado a esse público específico, com o objetivo de promover uma maior conscientização e integração dos visitantes com a realidade do PDST.

Os visitantes em sua maioria (60,78%) possuem diversas ocupações profissionais, seguido por funcionários públicos (22,55%) e estudantes (16,67%) com a menor proporção (Figura 5A). A maioria dos visitantes (47,06%) possui renda mensal que varia de R$1.320,00 a R$6.600,00 na faixa de 01 a 05 salários mínimos. Além disso, há uma presença relevante de visitantes (31,37%) cuja renda mensal oscila entre R$6.605,00 a R$13.200,00 (05 a 10 salários mínimos). As outras faixas de renda, apresentam um percentual menor (Figura 5B). É importante ressaltar que as duas faixas principais de renda abrangem 78,43% dos entrevistados.



Fonte: Elaboração dos autores

Figura 5: Ocupação profissional e faixa de renda dos visitantes

Analisando a associação entre a renda e a escolaridade, verifica-se que à medida que o nível de escolaridade aumenta, a renda tende a aumentar, particularmente no âmbito do ensino superior (Quadro 01). Gimenes e Oliveira (2019), também identificaram uma maior concentração de visitantes que possuem renda que varia de 01 a 10 salários mínimos, com o ensino médio e superior de escolaridade.

© 2024 Global Journals

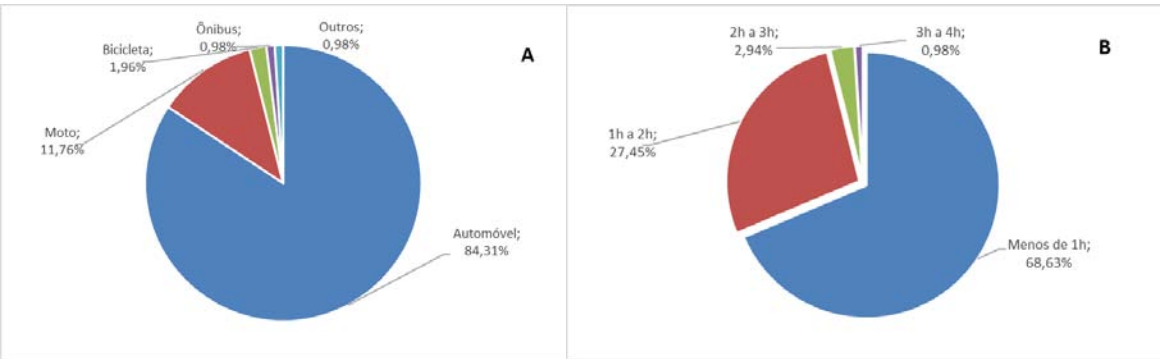
Quadro 1: Relação entre níveis de Renda Mensal e Escolaridade dos visitantes do PDST

Escolaridade					
Renda	Fundamental	Médio	Superior	Outra	Total
< 1.320,00	0	0	1	0	1
1.320,00 – 6.600,00	4	29	13	2	48
6.605,00 – 13.200,00	1	11	19	1	32
13.205,00 – 19.800,00	0	1	13	1	15
> 26.400,00	0	0	6	0	6
Total	5	41	52	4	102

Fonte: Elaboração dos autores

No que diz respeito aos gastos realizados durante a visita ao PDST, a maioria dos entrevistados gasta menos de R$100,00 (67,65%). Outra parte dos visitantes teve despesas entre R$100 e R$200 (29,41%). Um pequeno número de visitantes (2,94%) gastou mais de R$200,00. Quando somados os valores daqueles que gastam menos de R$100,00, com aqueles que gastam entre R$100 e R$200, estima-se um valor médio de R$250,00 de gastos com a visita.

No que se refere ao meio de transporte utilizado, o automóvel é predominante (84,31%). Resultado semelhante foi encontrado por Oliveira *et al.,* (2015) no estudo realizado no Parque Nacional do Itatiaia. O uso de motocicletas para se deslocar ao PDST foi representativo (11,76%), demais formas obtiveram menor proporção (Figura 6A). A maior parte dos visitantes (68,63%) gasta menos de 1 hora para se deslocar até o PDST, enquanto outros levam de 1 a 2 horas (27,45%) (Figura 6B).



Fonte: Elaboração dos autores

Figura 6: Meio de transporte e tempo de deslocamento para visitar o PDST

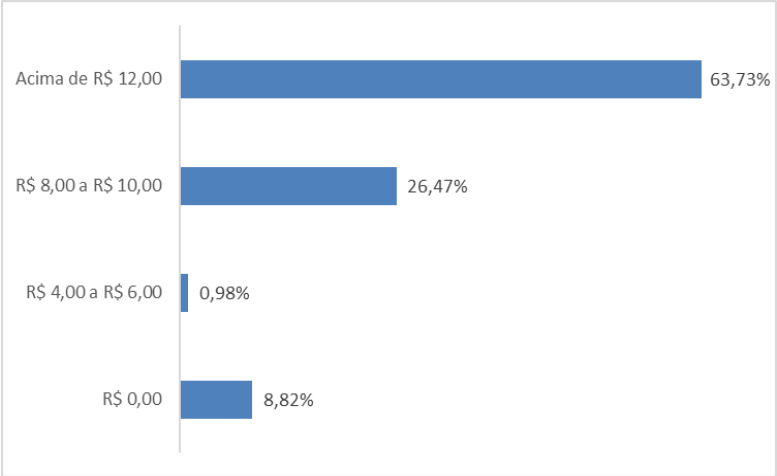
As visitas realizadas ao PDST foram predominantemente realizadas em grupos de 01 a 03 pessoas (59,80%), 07 ou mais pessoas (21,57%) e 04 a 07 (11,76%). Uma pequena parcela prefere frequentar o local sozinho (6,86%).

b) Análise e estimativa do valor econômico da disposição a pagar dos visitantes

O público analisado no PDST em sua maioria (91,18%) demonstrou disposição a pagar pela visita e/ou contribuir para a conservação da UC. Uma parcela reduzida (8,82%) é contrária a esta possibilidade (Figura 7). É relevante mencionar que estudos semelhantes como o de Mikhailova e Mulbeier (2008) no Parque Estadual do Turvo - RS, Oliveira (2014) na Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão - PA, Gimenes e Oliveira (2019) no Parque Estadual Fritz Plaumann - SC, Pimentel *et al*., (2020) na Ilha do Mosqueiro em Belém - PA, também tiveram uma alta porcentagem de indivíduos com disposição para pagar (DAP+). Tal resultado indica que há uma sensibilização quanto à conservação da natureza, mesmo reconhecendo a função do Estado em garantir a conservação ambiental.

Os visitantes contrários à possibilidade de contribuir, argumentam que "tinha que ser de graça" ou que é "função do governo" cuidar da UC. Interessante observar que mesmo com gastos incorridos para visitar o PDST, a maioria dos visitantes demonstraram uma maior DAP, com destaque para aqueles que ofereceram valores superior a R$12,00 (63,73%) e entre R$8,00 a R$10,00 (26,47%) (Figura 7).

© 2024 Global Journals



Fonte: Elaboração dos autores

Figura 7: Disposição a pagar dos visitantes no PDST

O modelo econométrico para verificar a DAP dos visitantes utilizou as seguintes variáveis: Disposição a pagar (dependente), sexo, renda, idade, escolaridade, tempo de deslocamento, tempo de permanência (independentes).

As variáveis que melhor expressaram ao nível de 5% de confiança a DAP para visitar e/ou contribuir com a conservação do PDST foram: Renda média (RM) e as *dummies* (1 - presença / 0 - ausência), Idade e Escolaridade (figura 8). O modelo apresentou R^2 = 0,3913 da variância total dos dados e altamente significativo ($p < 0.0001$).

Fontes de variação	GL	SQ	QM
Regressão	9	452.7801	50.3089
Erro	92	704.2395	7.6548
Total	101	1157.0196	---
F Regressão (9, 92) =	6.5722	---	---
(p) =	< 0.0001	---	---
Coef. de determinação múltipla (R2yy) =	0.3913	---	---
F R2yy (9, 92) =	7.4741	---	---
(p) =	< 0.0001	---	---
R2yy ajustado =	0.3318	---	---
Coef. de correlação múltipla (Ryy) =	0.6256	---	---
Intercepto (a) =	11.6615	t = 0.0000	p = 1.0000
Coef. parcial de regressão (b1) =	0.0109	t = 0.1572	p = 0.8755
Coef. parcial de regressão (b2) =	-5.3615	t = 0.0000	p = 1.0000
Coef. parcial de regressão (b3) =	-2.4606	t = 0.0000	p = 1.0000
Coef. parcial de regressão (b4) =	2.1375	t = 0.0000	p = 1.0000
Coef. parcial de regressão (b5) =	1.0328	t = 0.0000	p = 1.0000
Coef. parcial de regressão (b6) =	-4.5634	t = -1.5826	p = 0.1168
Coef. parcial de regressão (b7) =	-2.4357	t = -0.8642	p = 0.3897
Coef. parcial de regressão (b8) =	-0.2791	t = -0.0983	p = 0.9219
Coef. parcial de regressão (b9) =	-3.2898	t = -1.1278	p = 0.2623

Figura 8: Resultado na análise de regressão linear: DAP / RM, ESCV e ID

Ao relacionar a DAP com a Renda observa-se uma maior disposição a contribuir dos grupos na faixa de 1 a 5 s.m com a DAP+ (47,05%), seguida pela terceira faixa de renda (Quadro 2), resultado também observado no estudo de Gimenes e Oliveira (2019).

© 2024 Global Journals

Quadro 2: Relação Disposição a Pagar e Renda Mensal dos visitantes

	DAP (R$)					
Renda (R$)	0,00	2,00	4,00 a 6,00	8,00 a 10,00	> 12,00	Total
< 1.320,00	0	0	0	0	1	1
1.320,00 – 6.600,00	5	0	1	16	26	48
6.605,00 – 13.200,00	4	0	0	8	20	32
13.205,00 – 19.800,00	0	0	0	2	13	15
> 26.400,00	0	0	0	1	5	6
Total	9	0	1	27	64	102

Fonte: Elaboração dos autores

Ao analisar a relação entre a DAP e a Escolaridade (Quadro 3), verifica-se que os visitantes com nível superior têm maior DAP (50,98%), seguido por visitantes que possuem ensino médio (40,19%). É possível observar que, em geral, há uma tendência de maior disposição a pagar valores mais altos entre aqueles com níveis mais elevados de escolaridade. Todavia, nenhuma das variáveis *dummies* escolaridade e idade influenciaram significativamente na disposição a pagar proposta.

Quadro 3: Relação entre níveis de Disposição a Pagar e Escolaridade dos visitantes do PDST.

	DAP (R$)					
Escolaridade	0,00	2,00	4,00 a 6,00	8,00 a 10,00	> 12,00	Total
Fundamental (1)	1	0	0	1	3	5
Médio (2)	5	0	0	15	21	41
Superior (3)	2	0	1	11	38	52
Outra	1	0	0	0	3	4
Total	9	0	1	27	65	102

Fonte: Elaboração dos autores

Para todas as faixas de DAP indicadas, adotando uma média geral, os visitantes estariam dispostos a pagar R$10,75 (Dez reais e setenta e cinco centavos) para visitar/colaborar com a conservação do PDST (Quadro 4).

Quadro 4: Disposição a pagar dos visitantes no PDST

DAP	Ano	Semestre	Mês
R$8,00 a R$10,00	R$ 47.196,00	R$ 23.598,00	R$ 3.933,00
Mais de R$12,00	R$ 65.550,00	R$ 32.775,00	R$ 5.462,50
Total	R$ 112.746,00	R$ 56.373,00	R$ 9.395,50
Média Geral	R$ 56.373,00	R$ 28.186,50	R$ 4.697,75

Fonte: Elaboração dos autores

Ao considerar o valor médio da DAP para o volume de visitação mensal, seria gerada uma receita de R$4.697,75/mês. Dessa forma, ao longo de um ano, a contribuição geraria R$56.373,00. Esse recurso poderia ser direcionado para implantação de infraestrutura básica para o uso público e promover ações de conservação da rica biodiversidade existente no PDST.

c) *Votos de protestos na disposição a pagar dos visitantes*

É pertinente examinar os votos de protesto manifestados pelos visitantes a fim de compreender as justificativas daqueles que demonstraram inclinação a pagar. Foi constatado que, dos 102 visitantes entrevistados, uma proporção de 56,86% expressou votos de protesto, enquanto 34,31% contribuíram sem protestar. O principal motivo de protesto em relação à hipótese de cobrança de taxas está relacionado à "expectativa de melhorias no PDST", especialmente em termos de infraestrutura, como corrimões, sinalização, portarias e limpeza.

Entre os visitantes que expressaram votos de protesto, a maioria apresenta uma renda mensal de 01 a 05 salários mínimos (23,53%), possui nível médio de

© 2024 Global Journals

ensino (13,72%) e está na faixa etária entre 18 a 45 anos (12,74%). Isso revela que essas opiniões são compartilhadas por pessoas com bom nível educacional e com um olhar crítico, pois sabem a importância da manutenção e conservação da área.

V. Considerações Finais

Na tomada de decisões relacionadas à escolha de um local para atividades de lazer e recreação, os participantes geralmente consideram a beleza natural (50%) como o principal fator determinante. No contexto do Parque Distrital Salto do Tororó (PDST), observou-se que a maioria dos visitantes estava exclusivamente interessada em atividades de lazer (98,04%). Além disso, a cachoeira (41,18%) foi identificada como o elemento mais influente na decisão da visita.

É importante destacar que a maioria dos entrevistados visitaram o PDST pela primeira vez (50,98%). Diante disso, a maior parte dos visitantes espontâneos do PDST consiste em jovens com idades compreendidas entre 26 e 35 anos (44,12%). Esses visitantes têm preferência por realizar suas viagens em grupos pequenos, compostos por 01 a 03 pessoas (59,80%). Observa-se a predominância do gênero masculino (60,78%) em relação ao feminino nesse grupo de visitantes. Além disso, a maioria dos visitantes possui formação acadêmica de nível superior (50,98%), utilizam de veículo próprio (84.31%) para o deslocamento até o PDST e apresentam uma renda média mensal que varia de 01 a 05 salários mínimos (47,06%) vigente à época. Em relação ao tempo de deslocamento de suas casas até o PDST, a maior parte dos entrevistados leva menos de 1hora (68,63%) para chegar ao destino. Já a permanência para a visita ao local fica entre 3 a 6h (53,92%).

De maneira geral, após realizar uma análise abrangente, foi estimado que a arrecadação anual proveniente da DAP totalizou R$56.373,00, com base na média anual de visitação ao PDST (5.244), esses recursos financeiros poderiam desempenhar um papel significativo no fornecimento de suporte à infraestrutura e em ações de melhoria, visando tanto o uso público adequado quanto a conservação da biodiversidade.

A maioria dos entrevistados demonstrou disposição a pagar (91,18%) com a visitação e conservação do local, e essa disposição está diretamente relacionada ao nível de renda mensal. Entretanto, argumenta-se que a implementação de contribuições monetárias de entrada para fins de conservação e/ou visitação deve ser justificada pela "existência de infraestrutura" adequada no local.

As variáveis escolaridade e renda desempenham um papel crucial na determinação do perfil dos visitantes do PDST. Essas variáveis são essenciais para a elaboração de atividades direcionadas a esse público específico e também evidenciam a importância de realizar uma análise abrangente da ausência de visitantes de baixa renda. Essa análise visa mitigar a desigualdade social entre os frequentadores do PDST e contribuir para o aumento da conscientização ambiental.

A administração de um Parque requer a gestão adequada das atividades de uso público, pois isso representa uma alternativa para a conservação e sensibilização ambiental. No entanto, é essencial realizar estudos para avaliar a viabilidade da implementação de uma taxa de serviço para os visitantes.

References Références Referencias

1. Abreu, M. A. de; Souza, F. C. (2014). O uso da trilha ecológica como ferramenta pedagógica: uma proposta para o Parque Distrital Salto do Tororó em Santa Maria - DF. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 323-338.
2. Ab'Saber, A. N. (2002). Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial.
3. Adams, C; Aznar, C. E; Motta, R. S; Ortiz, R. A; Reid, J. (2003). Valoração Econômica do Parque Estadual Morro do Diabo (SP). Páginas & Letras Editora e Gráfica: São Paulo.
4. Agência Brasília. (2015, 18 de maio). Parque Distrital Salto do Tororó será o primeiro de proteção integral. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/05/18/parque-distrital-salto-do-tororo-sera-o-primeiro-de-protecao-integra. Acesso em: 16/04/2023
5. Becker, S. *et al*. (2021). Ecoturismo e a pandemia da Covid-19: desafios e oportunidades para as unidades de conservação no Brasil.
6. Beni, M. C. (2015). Turismo de Base Local: planejamento e gestão. São Paulo: Aleph.
7. Brasil. (2021). Portaria nº 615, de 28 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-615-de-28-de-setembro-de-2021-349570722. Acesso em: 27 de maio de 2023.
8. Brasil. (2000). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm
9. Brasil. (s.d.). O ecoturismo movimentou R$19 bilhões em 2019 no Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ecoturismo-movimentou-r-19-bilhoes-em-2019-no-brasil
10. Brazil, M. S. Couto, H. T. Z., & Barreto, R. M. (2015). O Ecoturismo como opção de desenvolvimento sustentável: o caso do Parque Estadual do Jalapão - Tocantins. Caderno Virtual de Turismo, 15(3), 11-24.

© 2024 Global Journals

11. Brito, M.C.W. (2000) Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000. 230 p.
12. Cavenaghi, A. (2019). Ecoturismo: Uma definição e um conceito. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 23, n. 2, p. 250-259, 2019.
13. Cochran, W. G. (1977). Sampling Techniques. Wiley.
14. Collis, J., Hussey, R. (2005). Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2aed. Porto Alegre: Bookman.
15. Couto, M. T. (2010). Ecoturismo: conceitos e definições. In: Borba, M. e Zordan, P. (Orgs.). Ecoturismo: diálogos, vivências e perspectivas. SENAC.
16. Cunha, E. F; Guimarães, A. T. (2017). Planejamento e gestão de áreas protegidas e turismo: estudo de caso da APA do Marimbus/Iraquara, Chapada Diamantina – BA. Revista Turismo - Visão e Ação, 19(3), 601-629.
17. Decreto nº 36.472, de 30 de abril de 2015. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/79551/Decreto_36472_30_04_2015.html. Acesso em: 16/04/2023.
18. Diegues, A. C. (2004). O mito moderno da natureza intocada. Hucitec.
19. Dourojeanni, M.J. (2002). Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil, IN: BAGER, A (Ed.) Áreas protegidas: conservação no âmbito do cone sul. Pelotas: Edição do editor, 2003. p. 1-20
20. Ferraz, S. F. B. (2011). A gestão das unidades de conservação: um desafio para a gestão ambiental. In: LEITE, M. E. (Org.). Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas e Instituições. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 131-148.
21. Ferraz, S. F. B. (2011). Biodiversidade, Serviços Ecossistêmicos e Desenvolvimento Sustentável. Editora Atlas.
22. Ferreira, J. L. (2017). Ecoturismo e Unidades de Conservação: Desafios para a Sustentabilidade. Anais do Simpósio Brasileiro de Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local.
23. Ferreira, L. F. (2016). A valoração econômica como instrumento para a gestão ambiental do turismo: O caso do Parque Nacional do Itatiaia. Tese de doutorado. Universidade Federal de Ouro Preto.
24. Galvão, F., Freitas, D., Gontijo, P., Castro, S., & Pinto, L. (2015). Unidades de Conservação: desafios para a gestão em um país megadiverso. Sustentabilidade em Debate, 6(3), 107-118.
25. Gimenes, K. S; Oliveira, F. T. (2019). Valoração do uso ecoturístico no Parque Estadual Fritz Plaumann, Concórdia – Santa Catarina, Brasil. El Periplo Sustentable, n. 37. julio, pp. 29-61.
26. Godoy, F; Daflon, I. C; Godoy, L. S. (2019). Análise da visitação e do perfil do visitante de unidades de conservação no Brasil. Revista Brasileira de Ecoturismo, 12(2), 80-100.
27. IBRAM - Instituto Brasília Ambiental. (2019). Relatório de Atividades 2019. Disponível em: https://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2019.pdf. Acesso em 27/05/2023
28. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2023). Painel dinâmico de informações. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true. Acesso em: 27/05/2023.
29. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (s.d.). Instruções Normativas. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/instrucoes-normativas. Acesso em: 16/04/2023
30. Lima, A. F. Barbosa, K. B., & Sales, L. P. (2016). Valoração econômica de unidades de conservação: um estudo de caso no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, 10(4), 522-537.
31. Leite, A. C. Sánchez, L. E., da Mota, C. S. (2012). Valoração econômica da biodiversidade: uma análise dos métodos de valoração aplicados às áreas protegidas brasileiras. Revista Ambiente & Sociedade, 15(3), 83-102.
32. Machado, P. A. L. (2008). Direito Ambiental Brasileiro. 19 ed. São Paulo: Malheiros.
33. Maia, A. G; Romeiro, A. R; Reydon, B. P. (2004). Valoração de recursos ambientais – metodologias e recomendações. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas.
34. Malta, A. S. A., & Costa, P. G. (2009). Uso público em unidades de conservação: potencializando o turismo e a educação ambiental. In: J. M. P. M. Pimenta, E.M. Almeida, & S. S. Yano (Eds.), Turismo e Ambiente: reflexões e interfaces (pp. 133-156). São Paulo: Roca.
35. Merico, L. F. K. (1986). Introdução à economia ecológica. Blumenau: Ed. FURB.
36. Mikhailova, I; Mulbeier, J. (2008). Ecoturismo em unidades de conservação: um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo, Derrubadas – RS. Caderno Virtual de Turismo, v.8, (3), 1-21.
37. MMA. Ministério do Meio Ambiente. (2019). Turismo e Unidades de Conservação: Evolução dos Visitantes e Impactos Econômicos. Brasília: MMA. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/182/_publicacao/182_publicacao02102019104609.pdf. Acesso em: 16/04/2023.
38. Oliveira, F. T. (2014). Desafios do Serviço Florestal de Ecoturismo: Perspectivas de Desenvolvimento nas Florestas Nacionais da Amazônia.

© 2024 Global Journals

39. Oliveira, M. P; Ferreira, E; Ribeiro, M; Souza, J; Richter, M. (2015). Perfil, percepção e opinião dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ) nos períodos de maior demanda. Anais do II Encontro Fluminense do Uso Público em Unidades de Conservação, Niterói, p.182 -192.
40. Oliveira, M. R. (2010). A valoração ambiental como instrumento de gestão do turismo sustentável: um estudo de caso na área de proteção ambiental do Jalapão, Tocantins. Revista Brasileira de Ecoturismo, 3(2), 192-209.
41. Ortiz, R. A; Motta, R. S; Ferraz, C. (2000). A estimação do valor ambiental do Parque Nacional do Iguaçu através do método de custo de viagem. Pesq. Plan. Econ. Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 355-382.
42. Pellin, A; Carvalho, G; Reis, J. C et al. (2014). Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo. v.7, (2), 344-373.
43. Pimentel, E. N. Paula, M. T. Silva, I. M., Simões, M. C. (2020). Disposição a pagar pela conservação do parque municipal da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA. Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais, 11(5), Ago a Set.
44. Ribeiro, L. F., Freire, A. P. (2019). Valoração econômica dos impactos do turismo: uma revisão de literatura. Revista Turismo: Estudos e Práticas, 8(2), 121-140.
45. Ribeiro, J. F. Barbosa, M. R. V., Alves, M. V. Fonseca, M. T., & Araújo, G. M. (2009). Cerrado: ecologia e flora. Embrapa Cerrado
46. Rocha, M. B; Rocha, T; Costa, P. M. M. (2018). Análise do Perfil dos Visitantes em uma Unidade de Conservação: o caso do Parque Nacional da Tijuca.
47. Santos, M. P. Andrade, D. C., & Santos, M. J. P. (2013). Valoração econômica de serviços ambientais em unidades de conservação. Revista de Administração, Contabilidade e Economia, 12(2), 199-216.
48. UNWTO - World Tourism Organization (org,). Tourism slowly restarting, after a 98% drop in international arrivals in May: world tourism barometer. World Tourism Barometerr. Volume 18 editada em 04/07/2020. Disponível em: https://www.euntwo.org/doi/epf/10.18111/wtobarometersp.2020.18.1.4. Acesso em: 11 jan. 2021.

© 2024 Global Journals